

Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia vinte e nove de Abril de dois mil e onze

--- Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, em Oliveira de Frades, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Um - Aprovação da Acta da reunião anterior; -----

--- Dois - Informações; -----

--- Três - Análise, Discussão e Aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de dois mil e dez, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro da Lei número quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto e na alínea d) do número um, do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIMRDL; -----

--- Quatro - Análise, Discussão e Aprovação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal da CIMRDL para o ano de dois mil e onze, nos termos das disposições conjugadas do artigo nono da Lei número quarenta e cinco, barra dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto e da alínea o) do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro; -----

--- Quinto – Análise, Discussão e Aprovação da primeira Revisão Orçamental do exercício económico de dois mil e onze, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro, da Lei número quarenta e cinco, barra dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto e na alínea b) do número um, do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIMRDL; -----

--- Sexto - Ponto de situação do Processo de Contratualização entre a CIMRDL e a Autoridade de Gestão do Programa “Mais Centro”; -----

--- Sétimo - Outros Assuntos. -----

--- Realizada a chamada cerca das dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -----

--- Carla Maria Baltasar Pedro;-----

--- José Manuel Flórido; -----

--- Filipe Manuel Pinheiro Ferraz; -----

--- Aníbal José Carvalho Maltez; -----

--- José António Neves Pereira;-----

--- Arlete da Luz Vaz Freixo Garcia; -----

--- Rui Manuel Simões Costa;-----

--- Elisabete Cabral Nunes;-----



--- Fernando Marques Soares Veloso; -----

--- Pedro Miguel Soares Veloso; -----

--- João Duarte Boto Martins; -----

--- Manuel da Silva Oliva; -----

--- Adriano Lourenço de Almeida; -----

--- Vítor Mateus Ferreira da Silva; -----

--- Nelson Pereira Martins; -----

--- Rui Alexandre Gomes Pina dos Santos; -----

--- Paulo Alexandre Correia Henriques Sousa. -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, declarou aberta a reunião. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou de imediato ao **período antes da ordem do dia**, perguntando se algum dos presentes pretendia inscrever-se. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira, cuja intervenção se transcreve: Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Conselho Executivo, Senhor Secretário Executivo, caros colegas deputados, um cumprimento especial para o nosso colega anfitrião Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades. -----

--- Nesta altura com a conclusão de um ciclo político penso ser importante fazer um balanço destes seis anos de governação socialista, anos esses que nos levaram à situação em que nos encontramos, situação esta que fez com que no último ano o rating da República Portuguesa tivesse sido baixado, sucessivas vezes, pelas agências de rating internacionais, o que conduziu à necessidade de Portugal pedir ajuda externa. -----

--- É preciso lembrar que ainda há pouco tempo, o Ministro das Finanças definiu o valor máximo de juros de sete por cento da dívida soberana como a fasquia que implicaria o pedido de ajuda externa por parte de Portugal. Esse valor foi sucessivamente aumentando tendo ultrapassado este mês o valor de dez por cento, perfeitamente insustentável para as finanças públicas. -----

--- Portugal apresenta o maior valor de dívida pública dos últimos dois séculos, sendo a dívida externa a maior desde a bancarrota declarada por Portugal no final do século dezanove, sendo que o valor do défice foi actualmente revisto para nove vírgula um por cento do PIB corrigindo os erros grosseiros do governo que ainda há pouco tempo apontava para valores perto dos seis por cento. -----

--- Apesar de a Europa ter retomado o crescimento económico Portugal continua em situação de divergência. -----

--- Falemos de desemprego: este atingiu o valor máximo desde sempre, seiscentos mil desempregados dos quais largas dezenas de milhares são casais desempregados e perto de metade, cerca de trezentos mil, correspondem a desemprego de longa duração. A população portuguesa voltou a sentir a necessidade de emigrar quer a população menos qualificada quer a mais qualificada.-----

--- O desgoverno do estado português nos últimos anos tem que ser responsabilizado. A culpa não é da crise internacional dos mercados das agências de rating ou da maldosa oposição. A culpa é da péssima governação, do empurrar das responsabilidades, das opções políticas erradas do facilitismo, de um modelo baseado no consumo, do investimento público inconsequente e do aumento insustentável da dívida do estado.-----

--- A crise económica e social está instaurada, o ambiente em Portugal é de descrença de desânimo de falta de credibilidade e de falta de esperança. O investimento do estrangeiro não é atraído, o QREN foi desaproveitado, especialmente nos primeiros três anos.-----

--- As famílias sentem assim na pele o aumento dos impostos, a diminuição dos salários e das pensões, o desemprego, o aumento do preço dos combustíveis, o empobrecimento, enquanto as empresas públicas com enormes lucros continuam a aumentar os preços dos seus serviços enquanto outras acumulam prejuízos que todos temos que pagar.-----

--- Apesar de tudo isto é de ficar pasmado com o actual programa eleitoral do PS de que importa focar os principais pontos estratégicos. Aumento da escolarização dos jovens que será óbvio, pois será feito por decreto; apoio à afirmação do sector exportador, que nos últimos seis anos esteve em total esquecimento; continuação do investimento em ciências e tecnologias, se continuarmos com os mesmos moldes os resultados serão os mesmo que no passado recente.-----

--- Importa também lembrar as questões chaves do programa eleitoral do partido socialista para o progresso colectivo: a justiça, a inserção dos jovens na vida activa, a reabilitação urbana e a organização do estado e a reforma do sistema político.-----

--- Não houve tempo no passado de trabalhar estas áreas? Será que nos estão atirar areia para os olhos? Então, não faz sentido questionar o que estiveram a fazer nos últimos anos? Não posso também deixar de focar o branqueamento socrático típico, senão vejamos: Página vinte sete do programa e passo a citar “ o défice de dois mil e dez foi de seis vírgula oito por cento do PIB, isto é, menos dois vírgula zero cinco pontos percentuais que no ano anterior, isto é um indicador de consolidação do esforço realizado», fim de citação. Note-se que não há referência no programa a qualquer outro valor e lembre-se que o primeiro valor divulgado pelo INE do défice foi de oito vírgula seis por cento tendo já sido corrigido em alta posteriormente.-----



- Está chegada a altura da exigida prestação de contas aos portugueses. Não quero terminar sem referir o especial tratamento que tem sido dado à região de Viseu, nomeadamente aos concelhos que integram esta CIM tal qual como se fossemos um qualquer enclave de um distante Cazaquistão em vez de um distrito do centro de Portugal. -----
- Continuamos à espera da construção da auto-estrada Viseu - Coimbra que já por duas vezes foi anunciado com pompa e circunstância, por outras ligações diárias como a de Viseu a Seia, continuamos à espera da universidade estatal, esperamos por várias unidades de saúde já prometidas, esperamos pelo prometido arquivo distrital, continuamos à espera de tanto e apenas obtemos promessas, concretizações são tão poucas que se não fosse o esforço dos nossos municípios e a dinamização de entidades supramunicipais com as mais diversas concretizações, promotoras de desenvolvimento económico, bem como as prestações sociais a famílias e pessoas desfavorecidas e estaríamos hoje bem pior do que estamos.-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz, cuja intervenção se transcreve: Nas últimas reuniões tem-se falado da questão da florestação ou da falta dela, dos incêndios e tudo que se relaciona com uma actividade que poderia ser importantíssima e fundamental em toda a zona centro que é a floresta. -----
- Há assuntos que ficaram sempre pendentes, sempre no ar, nunca se chegou a um consenso, mas penso ser consensual o facto de ser uma actividade fundamental e tem que ser olhada de frente de qualquer maneira.-----
- Em Janeiro de dois mil e onze escrevia aqui o Diário de Viseu que na Serra do Caramulo o mau tempo causou problemas e as autarquias reclamavam a falta de apoio para a reflorestação. Diziam então os jornais que os responsáveis pelas autarquias de Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades lamentavam não ter sido dada qualquer ajuda à reflorestação de mil hectares de floresta da Serra do Caramulo atingida pelo mau tempo. -----
- Aquela área que abrange as freguesias de São João do Monte, Tondela, Arca, Oliveira de Frades e Alcofra, Vouzela, que é a minha freguesia, foi em Dezembro de dois mil e dez atingidas com neve e ventos muito fortes que derrubaram milhares de árvores.-----
- Lembro que da última vez que falámos do Concelho de São Pedro do Sul falou-se da catástrofe que foi o incêndio e continua-se a olhar ali para a serra e, além dos milhões que se gastaram no chamado combate ao incêndio, a verdade é que temos a desolação de uma serra que perdeu muito potencial económico e sobretudo numa altura tão difícil como a que atravessamos vai-se reflectir na economia desta região nos próximos anos.-----
- Leio que o Concelho de Vouzela só vai apostar ou está a apostar fortemente na reflorestação de certas áreas do concelho, nomeadamente, Serra do Caramulo que é das zonas

mais bem preservadas por enquanto aqui da região centro. A Serra do Caramulo é muito grande e devemos ter a noção do potencial de toda a região desde Aguiar da Beira passando por Viseu até Oliveira de Frades. São zonas que estão de tal maneira interligadas que não se distingue, não se pode separar e tudo o que toca para o bem para o mal em algumas dessas zonas toca-nos sempre também a nós. -----

--- Noutro diário regional dizia e passo a citar, «Tondela aposta no turismo da Serra do Caramulo, transformando-a em zona de lazer e aventura.» Também é um ponto muito importante e este tipo de intervenção já devia ter tido lugar há muito tempo. Intervenções que são muito baseadas na conservação e preservação dos meios naturais que não são uma moda mas que cada vez mais são aquilo que conta a nível turístico. -----

--- Uma palavra em relação a uma notícia que saiu onde era dito que a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões foi considerada a melhor da Região Centro. Já tínhamos ouvido falar, mas ver reconhecido através de um boletim, também da região centro, que a todos dignifica sobretudo logicamente às pessoas que directamente e no dia-a-dia fazem este órgão funcionar. -----

--- Por último, tem a ver com assuntos já tratados em relação a entidade pública Lusitânia e onde posteriormente apareceu uma informação a dizer que a Lusitânia, como instituição, foi integrada nesta CIM. Gostava de ter uma ideia se, efectivamente, estamos a falar de uma coisa que não exactamente assim ou se efectivamente é algo que possa interessar a esta. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: Eu estava a pensar não intervir mas a primeira intervenção suscitou aqui a minha vinda para dizer o seguinte: são tempos difíceis que se avizinham e provavelmente muita gente tem responsabilidades nestes últimos dois anos que pioraram a situação financeira do país. -----

--- É bem verdade que as políticas do actual governo não foram as melhores, é verdade que nos encontramos numa situação de verdadeira inferioridade e perda de alguma soberania económica; mas a verdade é que para chegar a esse ponto alguém contribuiu para isso, alguém viabilizou medidas, alguém viabilizou orçamentos de estado e provavelmente alguém também estará de acordo com as políticas que nos levaram até este ponto. -----

--- Entendo que é altura de se discutirem alternativas e tendo eu a especial responsabilidade de ser cabeça de lista deste círculo eleitoral e tendo aqui também outro cabeça de lista, o qual cumprimento nessa qualidade, Dr. Almeida Henriques, tendo aqui também as candidatas, Dr.ª Ester Vargas e Dr.ª Fátima Ferreira, vinha pedir-vos que durante esta campanha se fizesse um debate centrado nos problemas do distrito e nos problemas dos concelhos que também



integram esta CIM, mas que fosse um debate com responsabilidade, um debate visando dar alternativas.-----

---O início desta campanha foi um início muito mau. A propósito da assinatura de alguns protocolos, PS, PSD e CDU trocaram acusações sem conhecer o fundo da questão, isto é, quais são as prioridades para o distrito. Tratávamos, por exemplo, da construção, ex-novo, de um templo destinado ao culto de uma religião. Será que era prioritário? Esse é que era o cerne da questão e não foi discutido. Era importante saber se essa obra era a obra prioritária no distrito e na zona onde se encontrava.-----

--- É isso que temos que fazer: temos que ter muita pedagogia nesta campanha, sob pena de sermos incompreendidos se entrarmos neste tipo de relacionamento. Temos também que ter responsabilidade para explicar e de perceber de onde vem o financiamento das medidas que propomos, porque quem aceitar, livremente, as medidas que se avizinham não pode vir propor a construção de auto-estradas, não pode vir propor a manutenção do regime das antigas SCUTS.-----

--- Eu, por acaso, proponho, mas defendo outras formas de financiamento do estado. Não se pode vir propor o impossível porque não irá dignificar ninguém, não aproveitará a ninguém, a candidatura nenhuma.-----

--- Saibamos também elucidar as pessoas para que tomem a melhor decisão no dia cinco de Junho, mas saibamos fazê-lo com elevação e seriedade, não só nesta candidatura e nestas eleições, mas também no trabalho que desenvolvemos nas nossas assembleias municipais, nesta assembleia intermunicipal com esse sentido de responsabilidade.-----

---O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e fez a intervenção que se transcreve: Eu queria só esclarecer ao senhor deputado e a todos os presentes que aqui estou na qualidade de membro eleito pela Assembleia Municipal de Viseu e que tive a confiança das senhoras e senhores deputados para ser Presidente da Assembleia Intermunicipal. Não estou aqui em mais nenhuma qualidade e neste fórum intervirei sempre estritamente no mandato que me foi dado na minha Assembleia. Só para ficar claro para não confundirmos as águas onde estamos.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: Também eu fui disputado a vir aqui atendendo a duas das intervenções que foram feitas anteriormente, principalmente a primeira, feita pelo Deputado Paulo Pereira, e é óbvio que nós todos entendemos que abriu a campanha eleitoral; não sei se no Município de Aguiar da Beira, que é do Distrito da Guarda, também já abriu mas no Distrito de Viseu já abriu a campanha sendo exactamente uma repercussão do que a nível nacional se está a passar e

tivemos aqui uma repercussão disso mesmo dito pelo Dr. Paulo Pereira atirando as culpas para o governo socialista. Nem outra coisa esperaríamos, esquecendo-se que também foram governantes e que também herdamos uma determinada situação. -----

--- Esqueceram-se que nesta democracia de trinta e sete anos também têm a sua responsabilidade; muitas, esquecerem-se de as assumir aqui. Isso é que é importante, esqueceram-se que não tem um programa. Esqueceram-se e vem para aqui falar do programa do PS porque de facto o programa que o PSD apresentou nada diz, pelo que têm que falar do programa do PS. -----

--- E há uma razão principal para falar do programa do PS; é porque não têm medo de dizer aqui uma coisa e em Lisboa desmentirem, se calhar até em Viseu. Porque estamos em Oliveira de Frades tem uma voz aqui, outra em Viseu, outra em Lisboa, como tem sido com todas as medidas que o PSD tem assumido, todas as medidas do seu secretário-geral, do seu líder, que hoje diz uma coisa, depois todos os responsáveis do PSD dizem uma outra coisa e amanhã dizem outra coisa. Será esse o receio? Por isso fala aqui do programa do PS, porque não têm um programa para apresentar. -----

--- O programa que tiveram para apresentar foi contra o PEC para trazerem para aqui a Troika do FMI e agora é criticar e falar de um programa que não é o seu, esse programa é do PS. Os portugueses não -de avaliá-lo, não-de avaliar a governação que o PS fez. -----

--- Eu pensei que íamos ficar aqui a escutar a posição do PSD, o que se ia propor a fazer nesta campanha, a levar efeito no nosso país; mas não tem nada, fala daquilo que o PS oferece aos portugueses. Isto de um candidato à Assembleia da República com possibilidade de ser eleito, sem ideias novas, com ideias de outros partidos a discutir as ideias de outros partidos.-----

--- Dr. Paulo Pereira, com todo o respeito pessoal que tenho por si, tenho que lamentar muito que tenha aberto a campanha do PSD em Oliveira de Frades relativamente ao Círculo eleitoral de Viseu da forma como o fez, a falar de um programa que não é o seu. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: Ouvei com toda a atenção as intervenções anteriores tendo ficado surpreendido por não ter havido nenhuma referência a uma data que foi comemorada esta semana o vinte e cinco de Abril. Em nome do PSD, venho fazer essa referência até porque pela primeira vez, em trinta e sete anos, tivemos no meu entendimento uma comemoração diferente, menos festa, muito menos foguetório menos manifestações muito menos palmas e aplausos mas tivemos uma comemoração de conteúdo político importante, foi possível com todos nós, com serenidade, no sossego da casa ouvir o que nos quiseram dizer, recordando o General Ramalho

Eanes, o Dr. Mário Soares, Dr. José Sampaio e evidentemente o Professor Cavaco Silva, o nosso Presidente. -----

--- Daquilo que eu consegui perceber e interpretar o apelo que passou em todas essas intervenções foi um apelo ao diálogo, à serenidade, à objectividade, para que os partidos cooperem naquilo que é imprescindível no momento em que o País vive e isto reconduz-me a este pedido. -----

--- Penso que nesta assembleia devíamos também ter a objectividade de com serenidade e com muito realismo analisarmos as contas da CIM, verificar se elas efectivamente estão correctas, e a meu ver estão, pois perdi algum tempo, até porque são documentos extensos e eu não sou propriamente muito dotado para a verificação dos números ainda consigo ter uma análise crítica. -----

--- Parecem-me umas contas correctamente apresentadas com uns resultados e objectivos alcançados com muito mérito e com uma forma muito segura e eu pediria para que, no momento em que vamos apreciar os documentos, aqueles que tivessem críticas a fazer as levantassem objectivamente com rigor porque são números, não são factos, não são teorias, e não caíssem na tentação, como ocorreu no ano passado, de haver uma votação pautada por critérios meramente políticos. Na altura também chamei à atenção disso: as contas ou são boas ou são más. Quando elas são boas e independentemente do posicionamento político de cada um dos membros desta assembleia deve votar em consciência, com rigor e com objectividade sem seguidismos. Foi para isso que serviu o vinte e cinco de Abril que nós comemorámos na passada segunda-feira. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve: Pretendo dar o meu contributo numa área que me é muito cara porque a nossa posição aqui deve ser de contributo; sejam eles contributos mais específicos desta comunidade intermunicipal, sejam eles de âmbito nacional tendo em conta, estando aqui pessoas que eu tenho consciência da qualidade em que se apresentam aqui, dando o exemplo do Dr. Almeida Henriques que tem responsabilidades partidárias, e como estamos numa fase de encerramento de um ciclo e com essas responsabilidades partidárias podemos eventualmente trazer alguns contributos para a elaboração dos programas que cada partido irá ter que apresentar. -----

--- O meu contributo é na área da educação. Como eu disse é uma área que me é muito cara e eu alertaria para que se repensassem alguns investimentos e iria apresentar depois a proposta de um outro, porque nós estamos nesta altura numa fase de balanço, constatamos que a dívida é toda aquela que nós conhecemos, muitos investimentos foram feitos mas até hoje

tivemos uma governação ao nível da educação cuja importância das medidas era o impacto que elas criavam na opinião pública e não o efeito que tinham no seio da educação. -----

--- Dou vários exemplos. O exemplo do computador Magalhães que acho que deve ser revisto até porque hoje estão completamente destruídos, o efeito deles foi nenhum, andaram-se por aí a vender nas feiras e foi um investimento elevadíssimo. O próprio programa e-escolas, em que foram distribuídos computadores ou foi possibilitado o acesso a computadores, quer a alunos quer a professores, e bem. Mas acontece que neste momento temos situações que são simplesmente aberrantes e chocantes. Nós temos famílias com vários filhos, famílias essas que são financiadas pelo rendimento social de inserção e essa família tem três filhos e cada um tem um computador e-escolas com internet e todos nós estamos a financiar isso. -----

--- Por isso é necessário rever esses investimentos e as regras subjacentes ou as regras que foram definidas para os mesmos. Já não falo da questão da avaliação, certamente que hoje será um dia de festa para muitos, de infelicidade para outros porque foi reconhecida a inconstitucionalidade da resolução. -----

--- De qualquer modo esta tem sido mais uma questão que foi produzida para o exterior porque o modelo que tivemos, não está em causa se queremos ou não queremos a avaliação, de qualquer modo eu desafiaria a que fosse feito um balanço da despesa que a avaliação provocou, que o modelo de avaliação provocou a nível nacional. -----

--- O que posso dizer do meu agrupamento, onde tive responsabilidades, posso dizer-lhe que havia professores sem a componente lectiva, por causa da avaliação. Estamos a falar de professores que na altura eram professores titulares, ou seja, os que estão numa fase em que o vencimento é maior. Todos estes encargos com a redução de horários, é uma questão que deve ser debatida mas deve ser debatida com interesses internos, interesses exteriores como eu disse. -----

--- Uma outra questão tem a ver com a "Parque Escolar". Eu nem vou pedir que façam um balanço, que façam as contas da despesa da "Parque Escolar" mas os seus efeitos. Eu não tenho inveja, pelo contrário, gostaria muito de ter uma escola como alguns, poucos, já têm. ---

--- Estamos a falar de avultados investimentos de doze, quinze, dezasseis milhões de euros, investimento esse que é feito agora mas que irá ter um efeito sobre o deficit como tiveram agora as parcerias público privadas porque a partir de agora, e tenho ali o Diário da República em que é delegado nos Directores Regionais, aliás os Directores Regionais tem a competência de delegar ou de transferir nas direcções das escolas o pagamento à Parque Escolar através da transferência de verbas avultadíssimas durante vários anos, rendas que tem que ser pagas. ----



--- Por isso estamos a falar de grandes investimentos e eu gostaria de ter uma escola assim, pois gostaria, porque se nós formos ver essas escolas temos que compreender e certamente concordar que aquelas escolas não se coadunam com a riqueza que o nosso país produz e acima de tudo os efeitos colaterais que tem, porque é um investimento enormíssimo que vai impedir que outras obras sejam feitas. Eu posso garantir que com o investimento que foi feito pela "Parque Escolar" nas escolas que já foram construídas ou remodeladas no Distrito de Viseu, eu colocaria todas as escolas secundárias do distrito de Viseu em ótimas condições e com aquilo que é necessário; e o que eu temo é que nós tenhamos umas escolas que reflectem uma imagem que não é a imagem do nosso país, infelizmente, e por efeito ou por consequência pelo exagero dessas despesas vamos continuar a ter escolas do primeiro ciclo que têm mobiliário do tempo em que eu fui estudante e já fui há dezenas de anos estudante do primeiro ciclo. Vamos continuar a ter escolas EB dois três, escolas secundárias, um conjunto de escolas em que chove em que os alunos não tem quaisquer condições, o piso está levantado, as paredes estão destruídas, as portas estão destruídas, num estado de degradação e não há dinheiro para o fazer. -----

--- Em contrapartida temos escolas de alto luxo que quando passamos de uma para as outras parece que entramos noutra país. O que eu pedia é que os partidos, sejam eles quais forem, o meu contributo é partidário; não há aqui questões partidárias subjacentes; há é uma realidade e essa realidade não pode ser escamoteada. Uma coisa é aquilo que as pessoas vêm por fora, ouvem na comunicação social. Eu estou a falar daquilo que conheço e tenho provas disso, por isso o que está em causa neste momento, seja qual for o partido, é necessário rever este tipo de investimentos. -----

--- Mas a questão mais importante que me traz aqui é um outro tipo de problema. Nós temos um conjunto de alunos na escola que, por problemas familiares ou outros, não têm o apoio que necessitam, não têm as posições que deveriam ter nem a conduta correcta, sendo que na escola é feito o trabalho que é possível fazer mas que é extremamente limitado. -----

--- Essas situações são sinalizadas nas comissões de protecção, seguem os seus trâmites legais, vão a tribunal e no tribunal, muitas vezes, umas das soluções é institucionalizar esses alunos. --

--- Pois muito bem, são alunos que não tem suporte familiar, são alunos que já estão afectados por flagelos sociais e qual é a resposta do tribunal?-----

--- Têm que ser inconstitucionalizados. Qual é a realidade que nós temos?-----

--- Acontece que não há instituições. Ou seja esses alunos não vão à escola porque a última decisão possível foi tomada pelo tribunal; e o tribunal não os consegue pôr na escola porque as autoridades não podem ir buscá-los a casa e pô-los na escola. Isso não pode acontecer, e

como tal, eles não vão à escola e continuam abandonados, ao Deus dará, passe a expressão, na rua.-----

--- Daí a minha proposta para isto, mas não sei se é possível concretizá-la.-----

--- Um projecto intermunicipal de criação de instituições dessas seria uma boa resposta, mas como já disse não sei se é possível, deixo à consideração.-----

--- Julgo ser importante neste momento pensar-se no âmbito deste órgão, principalmente do Conselho Executivo.-----

--- Para mim o problema é a partir do momento em que o tribunal decide que aquele aluno, aquela criança, deve ser institucionalizado.-----

--- A proposta pura e simplesmente é esta: que a nível da Comunidade Intermunicipal, mais propriamente através do Conselho Executivo, crie instituições para acolher, de facto, esses alunos, porque esses alunos de facto não irão à escola, o que só por si já é muito grave.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Abreu, cuja intervenção se transcreve: O que me traz aqui, pegando em duas intervenções, da primeira intervenção e da segunda da pessoa que me antecederam, em que comungo de todo o seu conteúdo e de toda a sua preocupação daí nem sequer ir tocar na questão da educação porque foi desde já explanada e foi um exemplo que não é difícil de nós nos irmos apercebendo no Distrito onde estamos e algumas diversidades de tratamento que existem por este distrito fora.-----

--- Alguém nos atirou para um pântano para o local onde nos encontramos, com uma situação financeira das piores da União Europeia e não podemos, de maneira alguma ou não podem de maneira alguma, aqueles que tiveram responsabilidades nos últimos anos, porque há seis anos atrás não tinham esse tipo de conversa, nós não nos debatíamos a esse nível, não podem neste momento, nesta sessão, virem a qualquer preço trazer qualquer tipo de argumentação como se tentando, como se diz na minha terra e peço desculpa pela expressão, “fugir com o rabo a seringa”.-----

--- Há responsáveis, há um período de governação de longos anos mas há questões concretas nos últimos anos de que conduziram o país a esta situação e por isso não podemos perder muito tempo com elas, são questões nacionais e muitas delas ou quase nenhuma envolvia o nosso distrito e as questões que eu deixo muito bem colocadas é a questão: onde está o IC trinta e sete, que está prometido pelo governo que esteve em funções várias vezes prometido pelo Secretário de Estado Paulo Campos? Onde está, o IC trinta e sete construído?-----

--- Onde está a conclusão do IC doze? Onde estão os senhores presidentes de câmara envolvidos neste traçado ou na conclusão deste traçado? E se só pelo facto de terem uma



ligação ao partido socialista que governava até então não levantaram sequer a sua voz na questão da conclusão do IC doze.-----

--- A preocupação e o desafio que lanço, neste período eleitoral e de alguma discussão, a este órgão executivo, é para que no futuro consigamos ter um resultado claro mas mesmo muito claro.-----

--- Por exemplo, criar-se uma discussão aberta, no sentido da análise de quais são as propostas existentes, por parte de todos os partidos neste distrito, porque é aqui neste órgão que se devem discutir as situações. Hoje é um dia de tristeza para todos os professores deste país e acima de tudo para todos os pais que tem os filhos nas suas escolas.-----

--- Na questão da saúde na questão das delegações de competências que houve para os municípios como por exemplo o Município de Nelas, o meu município que aqui represento, que se perspectiva que venha a ter cortes significativos naquilo que são os valores a atribuir ao município e de que as competências que assegurou a nível da educação, a nível da saúde para garantir aos seus cidadãos e a todas as populações, o mínimo de condições necessárias e exigíveis a um país do nosso nível. Somos um país da União Europeia que necessitamos de condições básicas. Não falamos aqui de nada astronómico. Falamos única e exclusivamente de dar as condições mínimas necessárias às nossas crianças, aos nossos idosos e à nossa juventude.-----

--- Durante estes anos o que foi feito neste sentido? Estes cortes que serviram? A verificarem-se poderão vir a significar que muitas das situações, que já são dramáticas nas nossas câmaras municipais nos coloque dúvidas sobre o tipo de resposta que possa ser dada ao cidadão sobre esta natureza.-----

--- Outra questão que me traz muito a esta assembleia, hoje que também é um dia de assembleia municipal no meu concelho, é a questão das portagens.-----

--- No dia quinze de Abril eram para estar as SCUTS a funcionar, mas como vamos ter eleições criaram-se condições, por questões eleitoralistas, para que não viessem a ser pagas a partir dessa data.-----

--- Mas a questão mantém-se. As obras continuam a decorrer na colocação das portagens virtuais e que futuro vai ter a nossa região?-----

--- Tive o cuidado de percorrer a estrada nacional dezasseis de um extremo ao outro e de facto encontrei situações escandalosas em todos os concelhos. De certeza que todos viram situações da grande preocupação, dos nossos bombeiros que irão ter graves problemas com a colocação das portagens na A vinte e cinco e o desvio do tráfego pesado ou mesmo ligeiro para as outras estradas.-----

--- Muitos dos concelhos que receberam esses troços da nacional dezasseis são agora estradas classificadas como concelhias e refiro-me, também, à situação do Concelho de Mangelde que tem uma extensão de quarenta e nove quilómetros de estrada nacional dezasseis, que realidade vai ser esta? Como vão reagir os municípios na questão da manutenção dessas estradas? o troço do antigo IP cinco e o estado em que se encontra?-----

--- Neste momento são locais de vandalismo, locais completamente abandonados, onde foram colocados todos os restos das obras daquela zona. E eu pergunto quem tem responsabilidade sobre isto? Foram aqueles que governaram há vinte anos atrás ou foi quem executou a obra? -

--- Esta é a questão que eu deixo ao Senhor Presidente do Conselho Executivo no sentido que exista um debate sobre esta matéria e exista discussão, que a CIM tenha uma posição muito clara sobre aquilo que são as necessidades e as dificuldades do nosso distrito como tem feito até aqui no trabalho que nos tem apresentado. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alfredo Cabral, cuja intervenção se transcreve: Eu por formação académica tive que estudar o Aristóteles onde ele discute a temática da famosa teoria da democracia directa e se ela é tão boa, surge a minha interrogação, porque que é que os povos oriundos do iluminismo fracassaram nessa democracia directa?-----

--- Uma coisa é certa eu sinto-me profundamente mal quando ando no meio do povo e eles dizem que os políticos são os culpados e se me sinto na vocação de político, pergunto-me o que fiz de mal para o mau estado deste país e não há duvida que nós, muitas vezes, eu não vou dizer que não entro neste discurso nem laudatório nem condenatório, mas entendo bem que os partidos são por natureza fundamentais à democracia, mas às vezes tenho receio, muito profundo, sobre a dimensão da demagogia. -----

--- Demagogo é aquele que age nas costas do povo, servindo-se dele para atingir os seus objectivos e não há dúvida para os colegas, por exemplo, professores, que todo o professor honesto deve exigir, por exemplo, uma avaliação mas não é uma avaliação como esta. Porque ela é por natureza iníqua e quando o tribunal supremo que avalia as leis destes País, na área da constitucionalidade, veio suspender a suspensão da avaliação porque ela é iníqua e é por isso que não me sinto nada feliz.-----

--- Mais, procuramos brincar com isto; estava tudo preparado depois há a suspensão mas neste momento já vai haver avaliação. -----

--- Podeis acusar-nos de falta de uso de bom senso mas não há dúvida que quem é avaliado por este esquema entende que isto não leva a nada, porque é sem qualquer fundamento ético, isto é, avaliador e avaliado a concorrer à mesma vaga ou à mesma quota.-----



--- Não há dúvida que o tipo de revolução que mais me satisfaz é a revolução popular, sobretudo quando o povo tem a consciência de aferir que a classe política que governa faz uma má governação. Claro que eu poderei sentir-me um pouco culpado porque também sou político, mas julgo que todos nós, depois do vinte cinco de Abril, tivemos um pouco de responsabilidade na condução deste estado da nação. -----

--- Aquilo que está em causa, sem querer ferir o partido socialista e os seus digníssimos representantes neste órgão, são coisas que este governo fez e não devia ter feito, por precipitação ou por falta de reflexão e o poder nem sempre justifica o poder. -----

--- Aprendi há dias que não só há ratings para ler a dimensão económica mas também para ler as manifestações sociais e eu penso que neste país se não aprendermos, neste momento, a servir a felicidade do povo, que é exactamente o acto político por excelência e por natureza dos grandes teóricos, pode-nos acontecer que um dia nós sejamos sujeitos, aí na praça pública, a alguma acção de negritude ou de maldizer e, até quem sabe, alguma coacção física ou psicológica, porque conduzimos este país a um mau estado. -----

--- Bom, entremos um pouco na área da justiça. Eu penso que quando nós mexemos com os direitos de consciência ou com os direitos patrimoniais, oiçam, tocamos em pedras angulares para de um momento para o outro surgir uma convulsão social. Eu penso que nem tenho medo delas. Eu gostaria de vos dizer que dos dias mais felizes da minha vida foi o vinte cinco de Abril. Fui muito oprimido do ponto da vista da liberdade do meu pensamento, mas também digo hoje que quando olho o ditador, tenho que ser franco, reconheço-lhe algumas virtudes. --

--- Foi pobre nunca se serviu do aparelho de estado para fins pessoais. É certo que oprimiu a liberdade de pensamento e sobretudo o crime maior que ele cometeu foi não dar o pão da cultura ao povo português e por isso mesmo quando o vinte cinco de Abril irrompeu, e eu sabia que ia irromper, fiquei muito feliz quando ele prometeu a igualdade, a oportunidade, a dignidade da pessoa humana e penso que é nisso que estamos mais ameaçados neste momento. Diz a sabedoria popular “casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”.

--- Peço desculpa Senhor Presidente desta minha intervenção, eu sou membro da Assembleia Municipal da Câmara de Tondela, farto-me de louvar o meu Presidente precisamente pelas virtudes intelectuais, a coerência da honestidade que julgo que ainda revestem o Carlos Marta.

--- É tempo de também começarmos a aferir e a exigir da política, de um governo central, seja ele quem for, que nos governe num contexto de verdade, de que a política é uma ciência nobre e que ela tenha função principal de tornar o povo feliz e é isto que me assusta um pouco neste momento. -----

--- Foi dada a palavra a Senhora Deputada Fátima Ferreira, cuja intervenção se transcreve: Eu também não tinha realmente intenção de intervir mas lembrar Abril, assim como fez o nosso colega de assembleia, é imprescindível; lembrar Abril é sempre importante porque o que se fez hoje aqui foi realmente o exercício pleno da democracia que é dizermos o que nos apetece e ouvirmos também muitas vezes coisas com as quais também não concordamos e termos o direito e o dever de explicarmos as nossas posições em alguns aspectos. -----

--- A democracia tem custos como é evidente, implica direitos mas implica também muitos deveres e acima de tudo que nós, que temos responsabilidades acrescidas, e há aqui algumas pessoas com responsabilidades acrescidas a vários níveis, têm também o dever de tomar posição em algumas situações e sobre algumas situações e opiniões que aqui foram emitidas. -

--- Com a responsabilidade que me cabe, como deputada desta assembleia e mais nenhuma também, nem é essa a minha função aqui, eu queria dizer que devo valorizar muito a intervenção de alguns Senhores Deputados que apelaram à serenidade, ao diálogo, à parceria e à articulação entre todos porque não estamos num momento propriamente de tertúlia nem de debate de café porque a situação é realmente grave. -----

--- Se nós passarmos a reflectir quem realmente tem culpa, quem tem mais culpa, não chegaremos rigorosamente a lado nenhum, neste momento. Sublinhando aquilo que foi dito, o que devemos valorizar é essa linha de intervenção conjunta, em que pensemos o que precisamos de fazer para melhorar a situação em que estamos e isso é que é verdadeiramente importante. -----

--- Por outro lado, essa questão de desenvolver esforços de articulação, de vontades, tem que passar também por fóruns como estes. Este fórum, como outras assembleias municipais, e a de Viseu, da qual faço parte, o é também, são retrato dos locais onde muitas vezes as pessoas utilizam o tempo de antena para apenas fazerem demagogia e apenas lavarem a lama, fazerem-se ouvir ou criarem alguns protagonismos pessoais, porque na verdade aquilo que se constrói ou aquilo que se discute deve ser uma mais-valia para o distrito. -----

--- Aquilo que está em causa aqui são catorze municípios que tem um programa definido, que está no terreno, tem obra feita, que tem sido elogiado pelo Mais Centro e a nível nacional. Portanto, tanto aqui como nas nossas próprias assembleias municipais há muito mais assuntos a tratar do que estarmos muitas vezes a discutir, desculpem-me a expressão, "o sexo dos anjos"; e para não pertencer a esse leque de alguém que se gosta de ouvir, que não é o caso, não podia deixar de passar a questão da educação, que foi aqui levantada. -----

--- Eu fui professora trinta e quatro anos e sei como era a educação há trinta e quatro anos e como é a educação. -----



--- De certeza que os autarcas, aqui presentes, que tem obra feita, se orgulham dos seus centros escolares, dos equipamentos que hoje têm e da forma, em termos pedagógicos, que o professor pode intervir.-----

--- A questão que aqui foi levantada e eu sou da educação especial, ainda mais me toca: essa questão de perdermos alunos, antes, de institucionalizar alunos, não é de uma sociedade inclusiva, não é de uma sociedade desenvolvida, não é de uma sociedade de igualdade de oportunidades, porque a escola é criada, e isto é uma coisa tão de “Monsieur de La Palisse” mas que é esquecida por todos: as escolas e os professores existem porque há alunos.-----

--- Já dizia o inspector Pires, muito conhecido de alguns professores já antigos, que aos alunos bons até empregada dele os ensinava, não precisavam de professores. Já os professores qualificados e muito qualificados são para trabalharem com os alunos que precisam desse reforço.-----

--- Cada vez que na escola um professor perde um aluno, o insucesso e o abandono escolar são reflexo da escola que temos e dos professores que temos. Não tenho medo nenhum de falar nisto e a avaliação das escolas e dos professores tem a ver com isto, com a qualidade da intervenção pedagógica e da qualidade que a escola imprime à sua intervenção pedagógica. ---

--- A escola tem funções sociais, cada aluno não é um número numa pauta ou na caderneta de um professor. Os alunos problemáticos, aqueles que tem problemas em casa, esses é que devem ser seguidos com atenção especial, as psicólogas, o corpo docente e os directores de turma têm responsabilidades acrescidas quando há alunos que tem comportamentos desviantes e é sobre eles que se deve direccionar o olhar da escola porque, volto a repetir, as escolas existem porque há alunos e os professores são pagos para isso.-----

--- Portanto, deixo apenas isto para não nos esquecermos. Penso que não tem qualquer espécie de comparação de há três ou quatro anos para cá, porque tudo o que disserem para além disto é pura demagogia.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, cuja intervenção se transcreve: Muito obrigada Senhora Deputada. Eu tenho inscritos os Senhores Deputados Manuel Casais e Manuel Teodósio e agora os Senhores Deputados também pretendem inscrever-se Paulo Pereira, Alberto Ascensão e António Luís Ferreira.-----

--- A metodologia que irei propor a partir da próxima assembleia é que quem quiser intervir no período de antes ordem do dia, manifesta-o antes do período da ordem do dia e depois quem tiver questões para colocar ao orador que está a intervir coloca-as de imediato pois não faz muito sentido estarmos aqui, ao longo da assembleia, a tratar, aos bochechos, os assuntos aqui trazidos.-----

--- Portanto, há uma intervenção principal e o regulamento permite que podem usar três minutos para colocar alguma questão ao orador que esteve a falar, para discordar ou para concordar, sendo que assim as coisas farão um pouco mais de sentido. -----

--- Como já o fizemos, vamos continuar com esta metodologia que aqui trouxemos. Portanto eu agora darei a palavra aos que ainda estão para intervir pela primeira vez e depois é que darei a palavra aos que já estão a pedir uma segunda intervenção. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Casais, cuja intervenção se transcreve: Como sabem na última assembleia falei aqui sobre a problemática dos incêndios florestais. É natural falar deste tema e nomeadamente do problema que agora coloco: é que, segundo as últimas notícias que foram colocadas na imprensa, umas das reduções que vai ocorrer, e já esta prevista em termos de orçamento, é de quinze vírgula cinco milhões de euros do apoio ao combate aos incêndios florestais. -----

--- Não é esse o problema que me toca pessoal ou profissionalmente. O problema é que parece que tem que haver incêndios, tem que haver dinheiro para o combate aos incêndios florestais. É que ninguém ouviu que houvesse alguma medida de apoio para a prevenção dos incêndios florestais, nomeadamente, para caminhos e pontos de água para o flagelo dos incêndios florestais deixar de ocorrer. -----

--- Outro problema grave que temos aqui na área da nossa comunidade, nomeadamente na parte sul dos concelhos de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tondela, parte de Viseu, Mortágua, apesar de não pertencer à nossa comunidade, e também Castro Daire que já está avaliado e com sintomas, é o problema do nemátodo no pinheiro, uma doença que ocorre nos pinheiros em que estes morrem todos e não há possibilidade, não há forma de combater esse problema sanitário, pelo menos por agora. -----

--- Na realidade o que está a ocorrer na maior parte destes concelhos é que os proprietários não só são obrigados a cortá-los como a madeira passa a valer menos e cortam o pinhal todo. E o que é que está a acontecer? A mancha de eucalipto que vem desde Águeda a Mortágua e Penacova está-se a expandir. -----

--- No passado alguém criticava que a Região Centro tinha grandes manchas de pinheiro bravo e que eram a causa dos incêndios florestais. Essas grandes manchas continuam, o que ocorre agora é a substituição do pinheiro bravo pelo eucalipto e, que se saiba, não há nenhuma investigação, nenhum método para tentar controlar este problema. -----

--- Outro aspecto que eu considero negativo na política que tem sido seguida nesta área do nemátodo do pinheiro é que quem tem dado informação ao público, efectuado o

levantamento das ocorrências e contactado com os proprietários para abaterem essas árvores, são associações de produtores florestais.-----

--- Tem havido vários protocolos assinados entre as autoridades oficiais do Ministério da Agricultura, em que essas entidades que recebem o dinheiro para fazer o levantamento das árvores atingidas, contactar os proprietários e eventualmente quem corte as árvores e têm-se verificado, ao longo dos tempos, que há áreas em que o pinhal continua todo intacto, nada é intervencionado.-----

--- Assim, proponho que em termos intermunicipais, junto dos Ministérios da Agricultura, do Ambiente e da Administração Interna se propusesse que fossem os Gabinetes Técnicos Florestais, com a colaboração das Juntas de Freguesia, porque são as pessoas que melhor conhecem os proprietários, a fazer a divulgação junto das pessoas.-----

--- Também proponho que mais uma vez a Comunidade Intermunicipal providenciasse no sentido de que houvesse um programa de apoio, como já referi noutra assembleia, para a prevenção dos incêndios florestais, nomeadamente, na possibilidade de haver apoio na abertura e manutenção da rede viária florestal porque é aí que os meios de combate operam, permitindo que os bombeiros operem melhor de modo que se houver incêndios pelo menos as áreas ardidas sejam menores.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: Asseguro-vos que eu, garantidamente, não estava à espera de vir aqui, só que aquele velho ditado que diz que "só não se sente quem não é filho de boa gente" é que me obriga a vir aqui.

--- Nós temos aqui um conjunto de intervenções muito sentidas, muito profundas, muito serenas, atendendo até ao momento e que todos ouvimos com bastante atenção e que de alguma forma comungamos. Umas foram agressivas, foram como se costuma dizer, de peito aberto e foi dito aqui por algumas pessoas que me antecederam que no caso concreto da educação que é uma área onde tenho responsabilidades acrescidas que efectivamente as coisas não estão bem e o dia de hoje é um dia marcado pela negativa, é um dia de luto. -----

--- Aqui alguém o disse e geralmente quando há uma situação de luto deveria haver respeito e eu senti-me ferido numa intervenção que no momento de luto não é para os professores porque quando o problema atinge professores está atingindo a educação em geral e isso é que nos deve preocupar; não os professores mas sim a educação. Se os professores não estão bem a educação não pode estar bem; se as escolas não estão bem a educação também não pode estar bem.-----

--- Portanto num momento destes, vir aqui dizer que se há algum problema na educação a culpa é dos professores, porque as condições estão todas criadas, as escolas estão todas

perfeitamente equipadas, o ambiente é perfeitamente sereno, as metodologias são correctas, a função da escola está perfeitamente definida, toda a gente percebe qual é o seu papel no palco, mas o raio dos professores é que mancham esta história toda. -----

--- Por isso é que eu venho aqui, porque efectivamente a situação é ao contrário, o colega António Luís, veio aqui fazer um retrato fiel da realidade, estaria aqui muito tempo a falar dessa situação, das obras de fachada que foram feitas em algumas escolas. Quando vamos ver os pormenores, os erros que foram efectivamente cometidos, foi efectivamente gasto muito dinheiro para os resultados obtidos. -----

--- O dinheiro gasto dava, garantidamente, para requalificar ou para construir de novo um número bastante mais elevado de escolas, três ou quatro vezes mais, no mínimo. -----

--- Agora os professores estão numa situação demasiado complicada. A situação é complicada para a escola e quando é para a escola é também para os alunos. O problema maior que se levanta hoje é a questão da avaliação e é bom que fique claro que eu nunca encontrei um único professor que dissesse que não queria ser avaliado, tenho medo ou tenho receio de ser avaliado. -----

--- Agora das últimas avaliações propostas é que se tinha a noção que não se avaliava nada nem ninguém. Este processo burocrático só ocupava e gastava horas, punha as pessoas umas contra as outras, a desempenhar papéis para os quais não querem mas que estavam obrigados a desempenhar; isto tanto na questão daqueles que tem que avaliar como aqueles que são avaliados. -----

--- Efectivamente as escolas não podem ser tratadas pelos números, mas é isso que temos estado a assistir nestes últimos anos. Os objectivos são os números, os números são trabalhados estatisticamente, toda a gente sabe que com a estatística todos obtemos os resultados que nos interessam. -----

--- Mas a questão que se põe é que nos últimos anos se tentou empurrar todos os problemas da sociedade para a escola. Há problemas de inserção de famílias, as escolas têm que resolver; há problema de indisciplina, as escolas têm que resolver. A escola tem que resolver os problemas todos. É preciso também guardar as crianças, então vamos transformar as escolas em armazéns. O que é que é mais para a escola? A escola tem que fazer aquilo tudo. -----

--- Este é que é o papel dos professores? -----

--- Eu só deixo aqui esta questão. Pedir ao seleccionador nacional de futebol para a selecção nacional ter representada, todo o tipo de pessoas da sociedade portuguesa, tinha que ter alguém com alguma deficiência visual, alguém como uma deficiência mental, alguém com



deficiência física e só desta forma é que teríamos a sociedade toda representada. Eu pergunto, que resultados obteríamos? E é isto que está a ser exigido aos professores.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira, cuja intervenção se transcreve: Eu vou fazer uma declaração sucinta, até porque não tenho um gosto pessoal em me ouvir falar nem tenho gosto em que as pessoas percam tempo a ouvir-me falar.-----

--- Quero começar por referir que a minha primeira intervenção foi como membro desta assembleia e não em qualquer outro papel, esqueçamos as referências em relação à abertura de campanha ou eventual abertura de campanha, o que eu quis aqui transmitir foi a minha opinião pessoal sobre o estado do país que como é óbvio nos afecta a nós que estamos inseridos nesta região, como ao resto do país.-----

--- Só venho aqui pela segunda vez porque a minha primeira vez suscitou comentários e obviamente tenho que vir aqui fazer uma referência a eles.-----

--- Foi dito que nos esquecemos de várias coisas; aliás quando o PSD esteve pela última vez no governo logo de seguida o partido socialista ao integrar o governo seguinte colocou como responsabilidade de várias situações, obviamente a culpa era de quem tinha saído.-----

--- O que me admira, o que me pasma é que passados seis anos continua a fazer a mesma coisa. Portanto, passados seis anos a culpa é de quem lá esteve há não sei quanto tempo. Porque não a culpa ser de D. Afonso Henriques porque se não se tivesse chateado com a mãe hoje em dia todos fazíamos parte da Espanha e não estávamos provavelmente aqui a discutir estas situações.-----

--- Foi feito por várias vezes referência ao receio, ao medo, não sei se meu se outro receio qualquer. Eu não tenho receio nem medo de me referir a qualquer aspecto, agora penso que tenha a ver com o facto do programa eleitoral de um partido estar apresentado e o de outro não. Agora eu espero, muito sinceramente, que o programa eleitoral que eu aqui represento seja feito de outra forma do que aquele que foi apresentado pelo partido socialista.-----

--- Claramente um documento que parecia ter sido feito em cima do joelho com números que eu referi que são inverdades, diferenças substanciais da realidade, com um programa que diz agora que devia ter sido feito aquilo, que não foi feito no passado.-----

--- Fico também muito satisfeito pela confiança que foi depositada na expressão eleitoral que o PSD possa vir ter no Distrito de Viseu, ocupando eu o lugar na lista do PSD que ocupo e estando em riscos de vir a ser eleito deputado fico muito satisfeito com essa confiança.-----

-- Procurei referir-me apenas a factos na intervenção que fiz. Obviamente que estes factos a serem desmentidos, poderiam ser desmentidos com referência a obra que foi feita nos últimos

anos pelo governo actual o que realmente para a nossa região me aparece que não é fácil de desmentir isso com factos.-----

--- Uma última referência, muito breve aliás, um interveniente anterior já fez uma referência àquilo que é a demagogia, a demagogia pode ser definida como a arte de conduzir o povo a uma falsa situação, ora todos nós sabemos a quem se pode aplicar esta definição.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: Começo por esta última intervenção do Dr. Paulo Pereira, não vou comentar tudo o que disse como é óbvio, não vamos estar aqui a dialogar, certamente.-----

--- Relativamente à minha avaliação da possibilidade de vir a ser eleito, eu acho que todas as pessoas que estão numa lista são candidatos a serem eleitos é só isto que eu queria dizer.-----

--- Queria dizer que gostei da intervenção do Eng.º Casais e dizer-lhe que de facto a legislação também tem algumas contrapartidas, sendo que já sabemos que essa “revolução” é nos meios aéreos.-----

--- Mas também vamos ter um dispositivo de prevenção que não é habitual haver, por exemplo aqui na região estará, tanto quanto penso saber, de prevenção uma força de bombeiros de vários locais do País, que se localizará num ponto estratégico, em Viseu, para reforçar os meios locais da região.-----

--- Eu concordo com as propostas que fez. As propostas que fez aqui, eu concordo com elas, eu não estou aqui com uma capa exclusivamente partidária, não a dispo, mas não estou cá numa posição exclusivamente partidária, agora é claro que como alguém disse aqui, quem não se sente não é filho de boa gente.-----

--- Quando alguém pergunta pelo IC trinta e sete, pelo IC doze, acho que deve esperar para ver se quando sair um determinado programa, que ainda não foi apresentado, e ver se isso está lá.

--- Um dos vários programas dos partidos, já se sabe, já se comenta, já se sabe tudo sobre ele, toda a gente fala sobre ele. Agora quem fala, quem pergunta, por isso espera pelo programa do partido dele e veja se isso lá está. Vamos ver se, de facto, não se esquecem disso e mais, fugindo com o rabo da seringa, perdoem-me a expressão, é aquilo que fazem aqueles que só criticam o partido socialista, por o seu governo ter chegado onde chegou.-----

--- A gente lembra-se sempre daquilo que é mais recente, o que está para trás esquecemos.---

--- Não queria deixar de realçar aqui um pormenor de uma pessoa por quem tenho muito respeito, ele sabe-o, sou amigo do Dr. Alfredo Cabral, mas não posso deixar de comentar, muito rapidamente, o seguinte.-----

--- Eu acho que não podemos estar de bem com Deus e bem com o Diabo, se nós temos algum orgulho e nós também temos, eu estava a servir o Exército Português quando aconteceu o



vinte e cinco de Abril e tenho muito orgulho no vinte e cinco de Abril, mas não me falem de qualidades de ditador. -----

--- Eu não estaria aqui hoje se esse ditador ainda existisse. Eu vou acabar senhor Presidente, muito rapidamente, só para dizer que relativamente às portagens elas foram adiadas, mas quem insistiu para que elas existissem sabemos quem foi, até houve quem defendesse as portagens aqui em Viseu e fosse contra elas em Lisboa. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve: Peço desculpa mas tenho que fazer um esclarecimento. Não vou dissertar sobre demagogia, até porque foi dado campo para isso, porque há muito hábito de se falar de demagogia e depois assistimos a grandes intervenções demagógicas mas pronto, isso vamos esquecer. -----

--- Relativamente aquilo que eu disse. Eu não disse sequer para acabar com a medida que enumerei, eu disse é que o enquadramento tem que ser outro, têm que ser repensadas, podemos economizar em muitas delas porque muitas delas são boas. Agora existe um desgoverno dentro dessas medidas. -----

--- Relativamente à avaliação posso dar um dado muito concreto. Fui director de um agrupamento até ao ano lectivo anterior. A escola, sede do agrupamento onde eu estive, de cento e vinte e sete professores só nove pediram avaliação, aulas assistidas; todos tiveram que ser avaliados, mas só nove pediram aulas assistidas. -----

--- Na disciplina de matemática foi a melhor escola pública do distrito de Viseu. Consegui ficar no meio dos colégios ou seja não é necessário virem com a ideia e com a imagem que os professores que não forem avaliados não trabalham da mesma forma porque acabei de lhe dar um exemplo. -----

--- Não sou crítico daqueles que discordam, que eventualmente tomam posições favoráveis sobre medidas que não gosto ou que acho que são injustas porque eu entendo que neste momento a imagem que é vendida, a imagem exterior da educação dá uma ideia muito distante do que é a educação no seu interior. -----

--- Relativamente ao que se pronunciou e que se falou da escola especial, da institucionalização, penso que estava a referir-se à minha intervenção, mas estava a referir-se a algo que eu não disse. Ou eu me expliquei mal ou a senhora deputada não percebeu. -----

--- Eu não disse que as crianças devem ser institucionalizadas, de modo algum, depois do trabalho que é feito na escola e levando esse trabalho á exaustão, às últimas consequências. Nós temos uma realidade que é incontornável: a partir do momento que vai para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens pode culminar com o tribunal a mandarem institucionalizar

as crianças. É nessa fase que eu digo que deve haver respostas. Não é que os tribunais se substituam à escola e que a escola se desresponsabilize, não é disso que se trata. -----

--- A escola tem que fazer o seu trabalho e os professores fazem eu sou testemunha disso e o que me choca muitas vezes, por isso pode por vezes o discurso parecer um pouco mais inflamado, é que há maus profissionais em todas as áreas, mas não podemos tomar a floresta pela árvore ou a árvore pela floresta; não podemos e muitas vezes a imagem que se tenta passar é de que os professores são todos maus e eu irei fazer essa defesa, porque eu sou testemunha e queria dizer que a esmagadora maioria dos professores trabalha, muitas vezes em condições difíceis, o enquadramento hoje da escola é muito difícil. -----

--- Senhor Presidente concluo já, mas permita-me que deixe claro uma questão que para mim é muito importante: é que enquanto tiver responsabilidade na escola jamais permitirei que partidos ou a política partidária entre na escola, também jamais farei política com os assuntos da escola o que queria fazer era dar um contributo e nada mais do que isso. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa cuja intervenção se transcreve: Muito obrigado senhor deputado, estamos a chegar ao fim do período da antes hora do dia e com a convicção que todos os sessenta e quatro membros da assembleia intermunicipal estão aqui, todos, sobretudo com a capa da nossa comunidade intermunicipal e com a capa dos concelhos que nos elegerem. -----

--- Para estarmos aqui, porque eu acho que isso é que é importante, colocamos, acima de tudo, a defesa dos interesses da nossa região e dos interesses das pessoas que nos elegem. Os partidos obviamente que são um meio de representação mas eu acho que acima de tudo a capa que devemos vestir é a capa da Comunidade Dão Lafões. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, vou procurar ser o mais sintético possível, tendo em conta o adiantado da hora e vou-me limitar às questões que estão ligadas com a CIM, sendo que, eventualmente, poderei fazer um ou outro comentário. -----

--- Dizer ao Deputado Licínio Vaz que em relação às medidas de reflorestação essa não é uma responsabilidade das CIM's nem das Câmaras individualmente, existem organismos que têm essa responsabilidade, existem fundos comunitários para isso e muitas vezes estão abertos, outras vezes estão fechados, sendo que, nesta altura, todos estes programas não têm candidaturas abertas que permitam que as câmaras possam aceder a esses fundos. -----

--- No que diz respeito ao lazer e aventura de facto isto já existe no Caramulo é portanto apenas a continuação. -----



--- Uma resposta muito objectiva, muito concreta que eu acho que é importante dar. A Lusitânia ainda não foi integrada na Comunidade Intermunicipal, o que fizemos ao longo deste tempo, foi fazer uma avaliação, enquanto órgão executivo, das responsabilidades que a Lusitânia tem e das novas responsabilidades que tem a CIM Dão Lafões, sabendo que um conjunto significativo de sócios estão na Lusitânia e estão na Comunidade Intermunicipal e nesse sentido fomos mandatados pelos catorze Presidentes de Câmara no sentido de solicitar à Lusitânia, onde todos estamos integrados, uma avaliação do trabalho da Lusitânia presente e sobretudo futuro. -----

--- Foi isso que fizemos num clima de grande diálogo, concertação de posições e chegamos à conclusão que tínhamos duas possibilidades: uma delas era a extinção pura e simples da Lusitânia, a outra era a sua integração na Comunidade Intermunicipal e porquê?-----

--- Porque a Lusitânia, que foi criada com um determinado objectivo, fruto da criação da primeira área metropolitana de Viseu, da associação Dão Lafões e agora da Comunidade Intermunicipal, deixou de ter possibilidade de acesso a fundos comunitários e portanto não fazia sentido termos duas instituições a procurarem fazer a mesma coisa quando estamos integrados nas duas. -----

--- Nesse mesmo sentido fizemos essa avaliação do património da Lusitânia, dos resultados que teve, dos efeitos que teve em cada um dos territórios e chegamos à conclusão, por unanimidade, na CIM Dão Lafões, em diálogo com as instituições, de que o melhor seria não a integração na CIM Dão Lafões mas sim a extinção da Lusitânia e o seu património passar para a CIM Dão Lafões. -----

--- Dizer que os resultados operacionais, ou aquilo que passou para os órgãos comunicação social foi requentado, ou seja, são notícias de três, quatro ou cinco anos. Nenhuma delas é verdadeira, as análises, as avaliações, a aprovação de contas está tudo certinho. É a informação que temos da avaliação que foi feita e mais do que isso, tomáramos que todas as associações que fossem extintas tivessem as contas que tem a Lusitânia e os investimentos que foram feitos no território devidamente avaliados, devidamente auditados e como sabem, são fundos comunitários em que as entidades competentes têm que avaliar, auditar os investimentos que foram feitos e a esse nível a Lusitânia nunca teve qualquer problema. -----

--- Há notícias, mas quem dá essas notícias, essas informações, tem que ser naturalmente responsável por elas. Houve, num determinado momento, alguns excessos na Lusitânia e, permitam-me que diga assim, só houve esses excessos porque os catorze presidentes de câmara, ou os catorze membros das câmaras e também das outras entidades, não eram só as câmaras municipais, também estava a AIRV, a Universidade Católica, os Institutos Piaget e

Politécnico, todas estas instituições tiveram naturalmente algumas responsabilidades, mas houve um tempo em que se assumiram, os presidentes e sobretudo as câmaras, as suas responsabilidades e a Lusitânia deixou de pagar; e isso sobretudo é que é importante aqui dizer: os ordenados chorudos que se falavam, as coisas foram colocadas no seu devido lugar e a Lusitânia passou a ter um caminho seguro, certo, que lhe permite, hoje, chegar ao final do seu percurso com as contas devidamente corrigidas, com as contas devidamente controladas e portanto em condições de não haver nenhuns efeitos secundários para qualquer outra instituição e isso é aqui importa aqui registar.-----

--- Dar também a informação que a Comunidade Intermunicipal, neste momento, apenas se está a avaliar, por que nós apenas fomos mandatados para fazer uma reunião com a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Direcção da Lusitânia, no sentido de saber os contratos que existem, neste momento, com entidades exteriores, como por exemplo a PT, que são contratos importantes que beneficiavam muito a Lusitânia, de forma que esses contratos possam ser anulados e desta forma darmos também um novo impulso à modernização administrativa no nosso território.-----

--- Dizer que por isso mesmo a CIM Dão Lafões, tiveram essa informação nos vossos documentos, fez uma candidatura para os catorze municípios à modernização administrativa de cerca de três vírgula cinco milhões de euros, dos quais dois vírgula cinco milhões de euros de FEDER e só esperamos que daqui a dez anos não venham dizer que os investimentos que estão a ser feitos estão mal feitos ou não estão no terreno.-----

--- Nós temos todos que perceber e sobretudo há aqui gente com mais conhecimentos do que eu nesta matéria, que a evolução tecnológica é uma coisa assustadora e desta forma nós quisemos, já agora só para vocês perceberem, nós não quisemos cometer o erro que cometeu eventualmente a Lusitânia, que foi não fazer um acompanhamento permanente, com os Municípios e com as entidades dos investimentos que ia fazendo, ou seja era um pouco, se me permite o termo, "a la carte". A Lusitânia falava com a câmara A, depois falava com a câmara C depois falava com o AIRV. Nós não quisemos seguir esse caminho na Comunidade Intermunicipal. Nós reunimos os Presidentes de Câmara, pedimos aos senhores presidentes de câmara que nos indicassem os seus interlocutores políticos e técnicos nas câmaras, para avaliar e avalizar os investimentos que íamos fazer que é para daqui a três quatro ou cinco anos, quando lá estiverem outros presidentes, outros políticos não dizerem que aqueles que estiveram naquela altura decidiram e decidiram mal.-----

--- Portanto, nesta altura fizemos isto ou seja são os técnicos das câmaras, são os políticos das câmaras que dizem o que é que nós queremos fazer e a candidatura foi feita nesse sentido.

Agora tenhamos a noção exacta disto nesta altura. Daqui a cinco anos, esperemos que seja só daqui a cinco anos, daqui a três anos, daqui a quatro anos ou daqui a dez anos não venham dizer que os investimentos que fizemos são para deitar para o lixo.-----

--- Nós estamos a fazer os investimentos que são hoje tecnologicamente os mais avançados e aqueles que nesta altura correspondem às necessidades dos Municípios. Se daqui a três, quatro ou cinco anos eles estiverem ultrapassados, a responsabilidade não pode ser necessariamente nossa porque nesta área a evolução tem sido uma coisa verdadeiramente espectacular. -----

--- Estamos aqui a dar conta à Comunidade Intermunicipal, ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados que estamos a fazer do processo da Lusitânia um processo com muito diálogo, com muita concertação e sobretudo com muito bom senso para todos e penso que vamos chegar ao final com um bom resultado que é a extinção da Lusitânia, porque deixou de servir, o seu património passar para a Comunidade Intermunicipal e esta passar a fazer o serviço que fazia a Lusitânia. -----

--- Dar conta ao Senhor Deputado Jorge Abreu, que veio aqui colocar a questão do debate público com os diferentes candidatos, isso não é uma responsabilidade do Conselho Executivo é sobretudo, seguramente, do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da Comunidade Intermunicipal deixar que esse debate seja feito aqui, assim como dos senhores deputados.----

--- Dizer, também, que se nos convidarem estaremos disponíveis para isso, mas julgo que não compete ao Conselho Executivo, no meu ponto de vista, compete mais à Assembleia Intermunicipal.-----

--- Dr. Alfredo de Tondela, registei apenas uma frase, que me parece que os políticos são os culpados. Eu gostaria apenas de dizer que os políticos, que todos nós que estamos aqui com mais ou menos responsabilidades e costume dizer isto muitas vezes, somos portuguesas e portanto não podemos mudar de portuguesas e portuguesas, somos nós, com as nossas virtudes e com os nossos defeitos que temos que resolver os problemas do País. Os portugueses têm algumas fragilidades, tem alguns problemas, mas, também, têm imensas qualidades e nós devemos aproveitar essas qualidades para que quando estamos a exercer os cargos políticos saibamos tratar bem das populações. -----

--- Há uma coisa muito importante que o vinte e cinco de Abril nos deu: foi as pessoas poderem escolher em quem votaram.-----

--- Dar conta à Senhora Deputada Fátima Ferreira, minha cara amiga, era bom que nós pudéssemos dizer o que nos apetece. O vinte e cinco de Abril fez uma coisa muito importante e nesta oportunidade quero também realçar a intervenção do Deputado João Vale de Andrade

que veio aqui falar do vinte cinco de Abril e portanto estas duas intervenções cruzam-se e apenas dizer uma coisa muito simples: lamento profundamente as declarações de uma pessoa que fez o vinte e cinco de Abril que foi o Otelo Saraiva de Carvalho. Acho que são declarações verdadeiramente inaceitáveis, o que prova que o espírito não era assim tão bom como eventualmente se pensasse, como ele eventualmente pensava, porque uma coisa que o vinte cinco de Abril nos deu e que julgo que nenhum de nós quer deixar de ter que é a liberdade. ----

--- Acho que isso é a coisa mais importante do vinte e cinco de Abril e portanto acho que esta pessoa que teve extrema responsabilidade e que foi naturalmente uma pessoa importante, possa vir fazer declarações nesse sentido. -----

--- Não queria deixar aqui de registar que o João Vale Andrade falou nas contas da CIM Dão Lafões, que elas são boas, tomara todas as instituições e o País estarem nestas condições. -----

--- O Deputado António Luís Ferreira, de Castro Daire, falou aqui na questão da educação e eu subscrevo muitas das afirmações que referiu, contudo, não posso do ponto de vista institucional referir-me a elas, sou professor, penso em muitas coisas. Ainda hoje entregava diplomas a alunos da Escola Profissional de Tondela e dizia que era nesta questão do debate público, de escola pública e escola privada. O que interessa é que a escola seja boa, que preste bom serviço, forme bem os nossos alunos e as nossas alunas que eles possam depois no mercado de trabalho ter uma nova realidade e se querem a minha opinião, já muito pessoal sobre isto, o grande problema da escola ao longo destes últimos anos não é ter boas ou más condições, não é ter bons ou maus professores, não é ter bons ou maus alunos; eu acho que a nossa escola foi criada para uma sociedade que não existe, a nossa escola está a formar gente para uma sociedade que não existe e esse é que é o grande problema da escola. -----

--- Demos tudo, tudo e tudo e quando os miúdos, os nossos filhos, as nossas filhas saem da escola não encontram tudo, têm que lutar pela vida e a escola devia ter um modelo de perceber de que fora da escola há um novo mundo, uma nova realidade e este, do meu ponto de vista, é o maior problema da escola. -----

--- Depois a questão das novas escolas e eu já tive oportunidade de aqui o dizer, nós somos responsáveis e aqui posso falar da questão dos centros educativos. Como sabem desde a primeira hora tenho muitas dúvidas da problemática dos centros educativos, muitas dúvidas da construção dos centros educativos, eu não segui esse percurso e portanto não segui esse modelo. -----

--- Do ponto de vista na minha câmara fiz um modelo completamente diferente, respeito, como devem imaginar, os colegas e as instituições que decidiram fazer outro modelo, mas tenho as minhas dúvidas porque não se está a ter em conta uma questão fundamental. A Dr.ª



Fátima dizia uma coisa importante que era, só há professores se houver alunos, o problema é que não há alunos, esse é que é o nosso problema principal. -----

--- Estas são das questões que nós devemos, hoje, preocupar e portanto toda a evolução das construções dos centros escolares não teve em conta, nem está a ter em conta esta nova realidade e isso é que é um perigo porque estamos a construir novas instalações que talvez algumas delas, um dia, fiquem às moscas porque não têm alunos para funcionar. -----

--- Este é que é o grande problema, a falta de coordenação e de debate entre quem tem responsabilidade de gerir a educação e quem tem a responsabilidade, neste caso de fazer estes equipamentos. -----

--- Deixem-me já agora dizer uma coisa muito importante: não quero fazer nenhuma acusação em particular, mas o que está a acontecer no que diz respeito à reconstrução do parque escolar, isto vai dar problemas. Se vocês estiverem ligeiramente atentos aos custos das obras vão perceber, cautelosamente, que daqui a três, quatro anos vai haver uma avaliação destas obras. É impensável que estas obras custem o que estão a custar. -----

--- Eu no outro dia estive numa reunião com a Senhora Directora Regional de Educação e disse-lhe, dê-me esse dinheiro que eu faço três escolas. O Ministério da Educação com os seus técnicos, num concurso público fez em Tondela uma escola três S, de vinte e quatro turmas por três milhões e meio de euros, por aqui me fico. Reservo, naturalmente, de dizer isto a todos nós porque são dinheiros públicos e eu acho, com toda a franqueza, que vai haver problemas, mais tarde ou mais cedo em relação aos valores porque estão a ser adjudicadas estas construções são verdadeiramente astronómicos, mas mais do que isso, permitam-me dizer, eu não sei se algumas das escolas vão poder, muitas das vezes, ligar a electricidade, o aquecimento porque não vão ter dinheiro para o fazer, esta é que é a realidade. -----

--- Eu também como responsável político quero chamar à atenção para esta realidade, que é uma realidade dura, difícil e que vai ter consequência a curto e a médio prazo. Esta é a minha interpretação destes factos. -----

--- Relativamente à questão do abandono escolar, estou inteiramente de acordo. No meu concelho existe uma instituição que já recebe alunos com essas dificuldades, O Convívio Jovem de Campo de Besteiros que é mesmo junto a Escola EB dois Três de Campo de Besteiros, criada por uma pessoas local e que construiu uma instituição que ainda não há muito tempo não só recebia crianças mas também recebia idosos e pessoas com outras características mas que hoje está sobretudo concentrada em jovens que são entregues pelos tribunais. -----

--- Neste caso particular e no meu Concelho em Tondela, por mera casualidade, eu dou este exemplo, já existe uma instituição que recebe crianças e jovens e que os integra depois na

escola porque a escola não é da competência da CIM Dão Lafões para poder desenvolver projectos dessa natureza. -----

--- Permitam-me só responder ao Deputado Casais dizendo-lhe apenas isto em relação aos fogos florestais. Todos nós temos que assentar um bocadinho porque já fizemos tantos e tantos caminhos, tantos e tantos pontos de água. Já houve tantos quadros comunitários de apoio e sempre tiveram verbas para fazer este tipo de obras e estruturas, a generalidade dos nossos concelhos, tem hoje uma rede excelente de acessos. Num ou noutro caso pode não acontecer mas tem excelente rede de acesso.-----

--- E eu acho que nós vamos ter que pensar de uma forma diferente toda esta problemática da protecção civil. -----

--- Quanto ao programa eleitoral permitam-me só uma referência, em termos genéricos. Nós não sabemos o que vai acontecer a partir do dia quinze, nós não sabemos o que vai acontecer a partir daqui e como tal acho que devemos ser todos cautelosos e perceber que o país está numa situação particularmente difícil e que não vale a pena andar a prometer nada. Eu já ficava contente e, seguramente, os nossos Presidentes também, se pudéssemos ter os mesmos recursos que temos agora, se tivermos, pelo menos, os mesmos recursos que estão a ser transferidos agora, nós ainda nos vamos conseguir aguentar e fazer um conjunto significativo de investimentos, sobretudo os do QREN, e puder, também, animar a nossa economia local. -----

--- Tudo o mais, acho que não vale a pena sonharmos muito, porque o sonho comanda a nossa vida, mas a realidade é dura, difícil e quem andar a prometer coisas não será seguramente para cumprir nos próximos dois, três ou quatro anos porque apesar de serem investimentos importantes para a nossa região o estado em que se encontra o Estado e a nossa economia tornam-nos muito difíceis de realizar, até porque as Senhoras e os Senhores Deputados conhecem a realidade do nosso sistema bancário e sabem das dificuldades pelas quais passam os municípios, as instituições, as empresas e os particulares. -----

--- Estou convicto que seguramente o futuro passará muito pela capacidade que se possa vir a ter de libertar alguns recursos financeiros para investir na criação de riqueza. Acho que é por aqui que devemos caminhar e não do ponto de vista das grandes promessas e das grandes obras públicas. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado. -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da acta da reunião anterior – Sem nenhum pedido de inscrição, foi aprovada por maioria, com cinco abstenções.-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Informações – Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL, Dr. Carlos Marta. -----

--- Intervenção do Senhor Presidente do Conselho Executivo, que se transcreve: Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades e meu caro amigo, senhores e senhoras deputados intermunicipais. -----

--- Começo com um cumprimento muito especial, como não poderia deixar de ser, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades que nos recebe aqui hoje, tal como tem acontecido noutros concelhos da nossa região, que têm sido um bom exemplo a seguir de descentralização das assembleias pelos diversos concelhos, o que nos permite também conhecer cada uma das nossas realidades. -----

--- Estamos aqui hoje em Oliveira de Frades e nesse caso particular agradecer a amabilidade e a simpatia da Câmara Municipal e do Senhor Presidente em nos receber na sua terra e na sua casa. -----

--- Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, tal como diz a legislação cumprimos o que está estipulado e todos os membros desta assembleia receberam a informação escrita detalhada das actividades que a CIM desenvolveu nos últimos tempos, ou seja, desde a última assembleia. -----

--- Destacamos, de forma genérica, os projectos de formação, o sistema de apoio à modernização administrativa, o projecto da eficiência energética, a rede urbana para a competitividade e inovação-RUCI Viseu |Dão Lafões, a promoção do empreendedorismo, a Ecopista do Dão e naturalmente todo o trabalho que se desenvolveu do ponto de vista da análise das diferentes candidaturas que os municípios submeteram no processo de contratualização e como sabem essas análises são minuciosas de forma que quando chegarem ao Mais Centro estejam em condições de serem aprovadas. -----

--- Senhor Presidente, era para já aquilo que queria transmitir às senhoras e aos senhores Deputados e ficar, como sempre, à disposição para as perguntas que me queiram colocar. -----

--- Finalizadas as informações prestadas pelo Dr. Carlos Marta, Presidente do Conselho Executivo, e não havendo mais nenhum pedido de intervenção o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou, de imediato ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, Discussão e Aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de dois mil e dez, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro ,da Lei número quarenta e cinco, barra dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto e na alínea d) do número um, do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIMRDL – Foi dada a palavra ao Senhor

Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, que procedeu à apresentação dos documentos e cuja intervenção se transcreve: Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente do Conselho Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, a todos apresento os meus melhores cumprimentos com a promessa de ser o mais breve possível, não deixando de ficar à disposição para responder a todas as questões que pretendam colocar.-----

---Foram remetidos um conjunto de documentos, de acordo com o estabelecido na antepenúltima assembleia, documentos referentes à prestação de contas do exercício económico do ano de dois mil e dez.-----

--- Em termos de actividades desenvolvidas, uma das grandes opções do Plano para o ano de dois mil e dez prendia-se com a organização e gestão interna da CIM, em termos de capacidade institucional e de comunicação interna. Dar nota do trabalho que temos vindo a desenvolver no website da comunidade, que entendemos que é um bom veículo de comunicação para os senhores Deputados, para os Municípios e também para a sociedade civil ir percebendo o que é a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões e o que faz no território e onde também disponibilizamos, em formato digital, a nossa newsletter.-----

--- Ainda no sentido de nos irmos dando a conhecer, participamos na Expo-Oportunidades, respondendo afirmativamente a um convite feito pelo Instituto Politécnico de Viseu e pelo Instituto PIAGET principais organizadores desta iniciativa. Também participámos na FICTON.---

--- Demos duas conferências de imprensa, durante o ano dois mil e dez, uma para apresentação do projecto E3DL - Eficiência Energética no Território Dão Lafões, onde estão três municípios da CIM e outra aquando da assinatura do pacto da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação. -----

--- Em termos de organização e gestão interna dar conta da aquisição de um conjunto de equipamento administrativo e informático e software para a normal actividade da CIM, a contratação de um técnico para a Divisão de Modernização da Administração Local para toda a gestão administrativa e financeira do projecto de formação que levamos a cabo durante o ano de dois mil e dez. -----

--- Realizaram-se, ainda, e conforme está nos Estatutos da comunidade, quatro assembleias intermunicipais, bem como as reuniões mensais do Conselho Executivo. No que concerne com a promoção da cooperação intermunicipal e o incremento da capacidade competitiva e a coesão territorial, dar conta do caminho que temos estado a trilhar, o projecto Ecopista do Dão, que está na fase final de conclusão e cuja inauguração se espera que tenha lugar brevemente e nesse sentido temos vindo a trabalhar no desafio que foi lançado pelos



presidentes dos municípios de Viseu, Tondela e Santa Comba Dão na perspectiva de ser a Comunidade Intermunicipal a responsabilizar-se pela gestão da infra-estrutura. -----

--- Temos a noção e o Conselho Executivo também tem que este projecto pode ser um projecto âncora, um projecto que pode ser dinamizado para atrair riqueza para o nosso território e nesse sentido estamos a trabalhar com a Associação Portuguesa de Corredores Verdes e com outras redes internacionais, aproveitando esse know how para que quando a infra-estrutura for inaugurada termos um plano de gestão, um plano de negócios para a Ecopista do Dão. -----

--- Também terminámos o projecto de execução da Ecopista do Vouga que a Comunidade Intermunicipal liderou, pretendendo-se assim munir os municípios que atravessam a Linha do Vouga de todas as condições para no caso de o QREN proporcionar condições, candidatarem essa infra-estrutura. -----

--- Ainda dentro da promoção da cooperação intermunicipal e o incremento da capacidade competitiva e a coesão territorial, referir que o projecto de formação supra municipal, um projecto que foi concluído agora em Março de dois mil e onze, na vertente de formação- acção que envolveu um conjunto significativo de colaboradores dos municípios, que envolveu um investimento de cerca de quinhentos mil euros, um projecto que transferiu muito know how, muito conhecimento aos técnicos de cada um dos Municípios, em áreas tão importantes como o marketing territorial, a liderança, a comunicação, a contabilidade analítica e o SIADAP, não só numa perspectiva de avaliação de desempenho mas fundamentalmente numa perspectiva de instrumento de gestão de cada um dos municípios. -----

--- Já está a decorrer o segundo projecto de formação, um projecto de formação que a comunidade intermunicipal também candidatou ao POPH e que está amarrado ao projecto de modernização administrativa e como o Dr. Carlos Marta acabou de referir é um projecto que envolve os catorze municípios, que vai trazer mudanças significativas na forma de interagir por parte dos serviços municipais, quer entre as câmaras, quer com os munícipes, quer com as empresas e nesse sentido era importante dotar os colaboradores dos municípios de competências nesta área. -----

--- Devo referir que esta formação não está a ser ministrada nos municípios, esta formação está a ser dada na Comunidade Intermunicipal, numa sala de formação que está equipada para tal, até porque entendemos que era muito importante haver esta interacção entre todos os técnicos dos diversos municípios, promovendo a troca de experiências entre todos. -----

--- O projecto da modernização administrativa, que o Senhor Presidente do Conselho Executivo também já referiu, foi candidatado e aprovado no ano de dois mil e dez e neste

momento já está em desenvolvimento em cada um dos municípios, nas diversas áreas de acção e que vão desde a capacitação interna à reengenharia e desmaterialização de processos, da plataforma multicanal de comunicações ao Sistema de informação geográfico. -----

--- Tem sido um projecto liderado pela Comunidade Intermunicipal em que a CIM é no fundo o chefe de fila deste projecto, em que há catorze beneficiários que são os catorze municípios, em que todas as decisões têm sido tomadas pelos técnicos, nas componentes técnicas e pelos políticos na validação final das opções técnicas e financeiras.-----

--- O processo negocial tem sido liderado pela Comunidade Intermunicipal para que os catorze municípios adoptem uma mesma solução, promovendo-se assim, ganhos de escala e consequentemente poupanças muito significativas para todos.-----

--- Relativamente ao projecto de Eficiência Energética, devo referir que a Comunidade Intermunicipal e o seu Conselho Executivo têm feito reuniões quer com a EDP Comercial, quer com a EDP Distribuição no sentido de, também aqui, não numa perspectiva de beneficiarmos só um município mas de beneficiarmos os catorze, termos condições mais vantajosas para todos.-----

--- O projecto E3DL, o projecto da eficiência energética e ambiental nos centros urbanos da Dão Lafões, onde está Tondela, Viseu e Mangualde, dar-vos conta que a apresentação pública do projecto já foi em Outubro de dois mil e dez e neste momento o projecto também já se encontra em marcha, estando a ser feita uma auditoria energética aos combustíveis fósseis de cada um dos municípios. Estamos em perfeita articulação com o Ministério da Economia, mais concretamente com o GAMEP, através do projecto que o governo tem denominado MobiE, sendo que este nosso projecto também será integrado pelo GAMEP no MobiE.-----

--- Referir por último, mas não menos importante, que escolhemos para nosso parceiro o Instituto Politécnico de Viseu e que já está a fazer a referida auditoria energética em cada um dos municípios. -----

--- Outro projecto também já mencionado nas reuniões anteriores é o da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação RUCI - Viseu Dão Lafões. Uma rede urbana cujo pacto foi assinado em Dezembro de dois mil e dez. É um plano estratégico, está aprovado; são cerca de nove milhões de euros, inclui dezasseis projectos âncora, com vários promotores, desde empresas aos seis Municípios que integram a rede, à Associação Industrial da Região de Viseu, a própria CIMRDL, com dois projectos muito importantes e que também assume a liderança e a governança da rede, passando pelo projecto da marca Viseu | Dão Lafões. -----

- Devo também salientar que este projecto da marca Viseu | Dão Lafões está a ser estruturado e articulado com o Turismo Centro de Portugal para que consigamos alavancar, de facto, o nosso território e torná-lo mais atractivo.-----
- Estamos pois numa fase em que cada um destes dezasseis projectos tem que ser submetido no Mais Centro, para aprovação, até ao próximo de 15 de Julho. -----
- Referir também, aquilo que de facto nos acompanhou e acompanha desde a constituição da CIM, que tem a ver com todo o processo de gestão da contratualização no âmbito do QREN.
- Nós contratualizámos cerca de setenta e três milhões de euros FEDER. Temos para o ano de dois mil e dez, um FEDER aprovado de cerca de quarenta e cinco milhões de euros, com sessenta projectos aprovados. Quantificando melhor: até à presente data temos sessenta e nove vírgula dois milhões de euros FEDER comprometidos, o que faz com que o grau de comprometimento seja de cerca de noventa e cinco por cento, e que perfaz um total de noventa e seis projectos aprovados. -----
- Salientar a nossa grande satisfação de terminar o ano de dois mil e dez, a CIM Dão Lafões vai apresentar a maior taxa de compromisso de todas as Comunidades Intermunicipais da Região Centro e com um valor muito acima do PO MAIS CENTRO.-----
- Em termos da taxa de execução, dados oficiais do observatório do QREN, que faz essa monitorização mensal, revela que a CIM Dão Lafões está, também, acima com trinta e um por cento, da taxa de execução do PO MAIS CENTRO que atingiu cerca de vinte e um por cento. ----
- Comparativamente com a globalidade das Comunidades Intermunicipais, a CIM Dão Lafões é a primeira CIM da Região Centro e a segunda a nível nacional, em termos de taxa de execução.-----
- Outra área importante, uma grande opção do plano, tinha a ver com a perspectiva do desenvolvimento regional e aqui o empreendedorismo foi um desafio que nos foi lançado pelo IAPMEI e pela CCDR Centro, no sentido de a Comunidade Intermunicipal assumir a coordenação e a governança do empreendedorismo no território.-----
- Neste momento, há um conjunto de entidades que trabalham o empreendedorismo e o entendimento do IAPMEI é que há necessidade de articular estas entidades, há necessidade de haver uma liderança institucional para que de facto se consiga trazer valor acrescido. -----
- Nesse sentido foi submetida uma candidatura ao Mais Centro, com um investimento de cerca de trezentos e oitenta e oito mil euros, com FEDER de trezentos e dez mil euros, candidatura que já está aprovada.-----

--- Já estamos a começar a implementação e a execução no terreno com uma reunião no início do mês de Maio com os parceiros nucleares deste projecto que irão ser algumas escolas de ensino superior da região, a AIRV e as associações de desenvolvimento local. -----

--- Em termos de números, no mapa do balanço atingimos um valor de activo líquido a rondar um milhão de euros no total do ano de dois mil e dez. -----

--- O valor que está expresso no activo de imobilizado corpóreo respeita ao Estudo de Enquadramento Estratégico da Região Dão Lafões e ao Plano de Desenvolvimento Territorial. Em termos de imobilizado incorpóreo temos, obviamente, todo o material administrativo, equipamento informático que foi para o apetrechamento dos postos de trabalho. -----

--- Salientar que todo este investimento, que foi realizado em termos de investimento corpóreo, foi financiado através da assistência técnica, uma vez que nós sendo um organismo intermédio no âmbito do QREN temos financiamento, a fundo perdido, de oitenta e cinco por cento. -----

--- Referir que as dívidas que estão expressas no balanço, dívidas de terceiros, são as quotizações em dívida dos municípios associados, dar conta que é perfeitamente visível no balanço que estas dívidas são residuais, portanto os municípios pagam atempadamente as suas quotizações, aliás é visível pelo valor o que está expresso no balanço. -----

--- Temos outros devedores e credores que têm a ver transferências que ainda não nos foram efectuadas, no âmbito dos programas comunitários. As dívidas da comunidade, em termos de passivo, são residuais. É visível pelo valor e tem a ver com alguns fornecedores de conta corrente e tem a ver, em termos de Outros Entes Públicos, com os valores que são retidos aos funcionários no final do ano e só são pagos no mês seguinte. -----

--- As disponibilidades, o que está na comunidade ronda os quatrocentos mil euros que se repartem pelos depósitos à ordem, por caixa e por depósitos a prazo. -----

--- Em termos de demonstração de resultados dar nota que a comunidade intermunicipal tem um resultado positivo superior a duzentos e quarenta e quatro mil euros. Devo realçar o peso, relativamente ao ano de dois mil e nove, que assume a rubrica fornecimento e serviços externos que deriva muito também da contratação que foi feita em sede de concurso público de uma empresa para o projecto de Formação / Acção e tinha que ser assim porque quem pode dar a formação são entidades acreditadas pela DGERT e só essas empresas podiam fazer essa formação. -----

--- Contudo, quero informar que a Comunidade Intermunicipal deixou para si toda a gestão financeira e administrativa do projecto e também a gestão pedagógica do projecto. Entregou

somente parte da formação. Dar nota aqui que a mesma foi um grande sucesso, opinião expressa pelos formadores, Vereadores, formandos e pelos senhores presidentes de câmara.--

--- Devo também referir que no contrato que fizemos com esta empresa impusemos uma condição que era que nenhum formador ou consultor ia para os municípios sem ter o crivo, a opinião da Comunidade Intermunicipal porque o sucesso da formação passava muito pela qualidade dos formadores e isso foi garantido.-----

--- Os proveitos da comunidade são de três tipos: a quotização dos municípios, a transferência que é feita pela DGAL, via Orçamento de Estado e a transferência dos fundos comunitários. ----

--- Em termos de análise orçamental a receita cobrada pela CIM ascendeu a cerca de setecentos e cinquenta e três mil euros. Quanto à despesa dar conta que há um pequeno desvio orçamental em termos daquilo que estava projectado em sede de orçamento e depois o reflexo em termos de execução orçamental. -----

--- Este desvio na execução deve-se, essencialmente, ao atraso da implementação dos projectos do QREN e não a qualquer atraso na implementação ou na execução por culpa da Comunidade Intermunicipal. Hoje esses atrasos já são menores, uma vez que os projectos já são aprovados mais rapidamente; mas só para terem uma ideia: o projecto E3DL foi candidatado em Maio de dois mil e nove e assinamos o contrato de financiamento em Novembro de dois mil e dez; a rede urbana foi candidatada em Junho de dois mil e nove e assinamos o protocolo em Dezembro de dois mil e dez; o projecto SAMA foi candidatado em Julho de dois mil e nove e assinamos o protocolo em Dezembro de dois mil e dez. Dotamos estas verbas mas, de facto, não houve execução e a despesa também se reflectiu, em termos de despesa de capital, despesa de investimento e reflectiu-se ainda em termos da execução orçamental. -----

--- O mapa de fluxo de caixa é relevante dizer que o saldo final da gerência do ano de dois mil e dez totaliza um saldo positivo de mais de quatrocentos mil euros. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: Estamos disponíveis para as vossas questões e deixar mais uma explicação. A generalidade dos investimentos são feitos pelos municípios, portanto dos setenta e três milhões de euros grande parte é feita pelos municípios e as despesas não passam sequer pela CIM. -----

--- A CIM apenas avalia as respectivas despesas e depois envia-as para as entidades competentes para estas fazerem a respectiva transferência FEDER.-----

--- Por último dizer que chegamos com um saldo de mais de quatrocentos mil euros o que nos permite dizer que se nós quiséssemos fazer investimentos do QREN directamente pela CIM poderíamos fazer investimentos de cerca de cinco milhões de euros. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir. --

-- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Dias, cuja intervenção se transcreve: Começar por dizer que o Dr. Nuno Martinho expôs de uma forma clara as contas da CIM. Os meus antecessores falaram muito da avaliação, o tema foi a avaliação, a avaliação da segunda república, a avaliação dos professores, a avaliação do governo, e agora vamos estar a tratar neste ponto da avaliação da CIM, é outro ponto que naturalmente interessa. -----

--- Gostei da forma como foi exposta a actividade da CIM ao longo do ano de dois mil e dez e daquilo que já está proposto para o ano de dois mil e onze. -----

--- Contudo como não referiu na sua exposição um ou outro ponto que me suscitam dúvidas vim aqui para ser esclarecido. As contas da CIM não precisam de ser apresentadas de uma forma tão light como as do governo e como de as muitas instituições porque efectivamente não apresentam deficit, apresentam um saldo positivo, tendo um resultado de exploração bastante considerável, um saldo positivo na ordem dos duzentos e quarenta e cinco mil euros.

--- A questão das amortizações que baixaram do ano de dois mil e nove para o ano de dois mil e dez de uma forma drástica, ora bem, essa é a questão que não percebi. Em termos de imobilizado incorpóreo não houve qualquer amortização, segundo aquilo que eu vi, também não houve amortização no imobilizado corpóreo relativamente ao equipamento e eu queria saber o que se passou durante o ano de dois mil e dez, porquê a mudança de critério. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir. Em face da inexistência de inscritos foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção, se transcreve: Senhor Deputado, uma resposta muito clara a uma questão também muito clara. Não houve qualquer mudança de critério pura e simplesmente a amortização da parte do imobilizado incorpóreo respeitante ao Estudo de Enquadramento Estratégico da Região Dão Lafões que foi plasmado na contabilidade no ano de dois mil e sete e sendo amortizado a uma taxa de trinta e três vírgula três por cento, sendo que acabou a amortização durante o ano de dois mil e nove e não foi amortizado durante o ano de dois mil e dez. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e em face da inexistência de pedidos de intervenção, foi o presente ponto colocado a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.



--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal da CIMRDL para o ano de dois mil e onze, nos termos das disposições conjugadas do artigo nono, da Lei número quarenta e cinco, barra dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto e da alínea o) do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção, se transcreve: No que a esta questão diz respeito informar a alteração do mapa de pessoal. Relativamente ao mapa de pessoal que foi aprovado em orçamento ordinário, tem a ver com algumas alterações à área de formação académica ou profissional a recrutar.-----

--- No campo observações demos conta que onde antes tínhamos funções públicas a termo certo, que é mais correcto, depois de uma reunião que fizemos com o departamento jurídico da Associação Nacional de Municípios, ter a informação de contrato a termo resolutivo e contrato a tempo indeterminado.-----

--- Há ainda uma alteração relativamente ao quadro de pessoal aprovado em orçamento ordinário e que respeita ao aumento de um posto de trabalho a criar no ano de dois mil e onze, sobretudo derivado à assunção de responsabilidades no âmbito do empreendedorismo, uma vez que vamos ter que ter uma equipa técnica na CIM e em face da eventual aprovação do projecto poderemos ter a necessidade de ocupar o lugar. Obviamente prevê-la é uma coisa, criá-la é outra, mas gostávamos de a dotar no mapa de pessoal porque podemos a vir ter necessidade de lançar o procedimento concursal durante o ano de dois mil e onze. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir. Não existindo ninguém que pretendesse usar da palavra sobre esta matéria, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da primeira Revisão Orçamental do exercício económico de dois mil e onze, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro, da Lei número quarenta e cinco, barra dois mil

e oito, de vinte e sete de Agosto e na alínea b) do número um, do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIMRDL - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: Foi remetida toda a documentação relativa à revisão orçamental, todos os mapas da receita e da despesa e também o mapa das grandes opções do plano e o plano plurianual de investimentos e das actividades mais relevantes. -----

--- Esta proposta é a primeira do ano de dois mil e onze e representa um acréscimo de trezentos e noventa e dois mil euros em relação ao orçamento ordinário que é, basicamente, a inclusão do saldo da gerência do ano de dois mil e dez. -----

--- Em termos da despesa, a sua distribuição, na óptica da despesa, tem a ver com dotar rúbricas que estavam subdotadas no orçamento ordinário, alteração nas dotações nas rúbricas das GOP's dos vários projectos que a CIM tem. -----

--- Isto é, relativamente ao mês de Novembro e após a aprovação dos projectos e respectivos montantes financeiros, já é possível ter uma visão mais clara dos mesmos. No fundo houve ligeiras alterações com o acrescento de algumas rúbricas para alguns projectos, a diminuição de outras para outros projectos. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir. Não existindo ninguém que pretendesse usar da palavra sobre esta matéria, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo, número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** – Ponto de situação do Processo de Contratualização entre a CIMRDL e a Autoridade de Gestão do Programa “Mais Centro” - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: Senhor Presidente, Senhores Deputados em primeiro lugar quero agradecer o resultado das votações anteriores, o que demonstra uma boa prova de confiança e que também é uma enorme responsabilidade para nós e dar-vos conta que a este nível, como já aqui foi dito pelo Dr. Nuno Martinho, encontramos-nos numa posição extremamente favorável.

--- Face à execução do conjunto da CIM na Região Centro, no âmbito da contratualização, em função do conjunto da execução de projectos do Mais Centro, em função da execução física e financeira dos projectos do QREN, em termos nacionais, nós estamos muito à frente. -----

--- Somos a melhor CIM da Região Centro e a segunda do País, o que significa que fizemos, até agora, um belo trabalho e eu não queria deixar de registar, aqui e agora, que este bom



trabalho advém da enorme solidariedade que existe entre o conjunto dos catorze Municípios e pela competência e pela eficácia e pelo trabalho dos catorze municípios. Esta é uma realidade indiscutível. -----

--- Nós, num determinado momento, apercebemo-nos da fraca execução do QREN, apercebemo-nos que precisávamos de avançar rapidamente com a execução para podermos vir a ter mais projectos aprovados e foi feito um grande esforço, acompanhado pela equipa directiva da CIM e sobretudo pela equipa de funcionários da CIM e pelo Secretário Executivo. -

--- Ao fazermos este esforço foi possível chegar ao final do balcão permanente, em trinta de Outubro, com os nossos projectos praticamente todos aprovados. Do ponto de vista do que estava definido para os municípios ultrapassamos mesmo alguns valores, o que significa que temos, nesta altura, comprometidos, pelos catorze municípios, os cerca de setenta e quatro milhões de euros que foram contratualizados com a CIM Dão Lafões. -----

--- Significa que estamos em excelentes condições não só de aceder agora à nova bolsa de mérito que vai ser criada, porque a CIM foi das poucas que ultrapassou as metas exigidas e isto significa que podemos trazer para a nossa região e para cada um dos concelhos ainda mais investimentos. Este é o resultado final do trabalho que em conjunto fomos capazes de fazer. --

--- Nesta altura existem apenas alguns problemas que advém do facto de algumas autarquias ou uma parte significativa das autarquias ter feito concursos públicos urgentes que estão a ser, como sabem, chumbados pelo Tribunal de Contas, sem nenhuma razão aparente. Estão em curso reuniões entre o Governo, a Associação Nacional de Municípios e o Tribunal de Contas para tentarem ultrapassar algumas destas questões e algumas delas estão a criar dificuldades enormíssimas aos municípios. Esperamos que o bom senso impere, que os concursos públicos urgentes, como já tive oportunidade de dizer, foram o resultado de uma negociação entre o Governo e Associação Nacional de Municípios para que pudéssemos executar mais rapidamente o QREN. -----

--- Esperamos que este problema se resolva de forma a que estes investimentos possam estar mais rapidamente no terreno, num momento tão difícil da nossa economia e poderem vir, também, a ajudar a criar emprego, a criar riqueza e que sejam feitas as infra-estruturas que são fundamentais em cada uma das nossa localidades. -----

--- Da nossa parte, da parte da CIM Dão Lafões e sobretudo da parte dos municípios, o trabalho de casa foi feito ou seja fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para cumprir metas, para cumprir objectivos, para gastar bem o dinheiro e os recursos, fazendo investimentos, porque são de facto, alguns deles ou muito deles, são estruturantes para a nossa região. -----

--- O saldo, como devem imaginar, para nós é o de uma grande satisfação por podermos dizer que o resultado no final de Dezembro de dois mil e dez são resultados muito positivos, não são resultados políticos, são resultados objectivos porque são resultados comprovados pelo observatório do QREN.-----

--- Somos, de facto, a CIM que melhor fez o seu trabalho, em boa articulação, com discussão, naturalmente, com o contraditório que tem que haver porque nós não pensamos da mesma forma mas estamos unidos num objectivo comum que é de utilizarmos bem os recursos e dentro daquilo que está alocado a cada um dos municípios podermos fazer os respectivos investimentos e julgo que este trabalho foi feito.-----

--- Repito, temos mais de setenta e três milhões de euros, devidamente sinalizados para cada um dos municípios e estamos em condições agora de avançar com os investimentos e de poder aceder a novas investimentos na bolsa de mérito para trazer mais riqueza para a Região. O resultado é muito positivo, é extremamente positivo para todos nós.-----

--- Há, pois, todas as condições, se não houver nenhum problema nos próximos dias, para se puderem fazer investimentos do QREN e desta forma também aqui é dado um grande mérito aos municípios. O Governo percebeu, bem, que quem podia executar o QREN eram os municípios, que apesar de tudo estavam em melhores condições de o fazer.-----

--- É importante dizer que isto é muito bom para os municípios porque passar a ter os investimentos financiados a oitenta ou oitenta e cinco por cento, em vez de setenta por cento ou menos, numa altura desta, é muito positivo, pelo que temos que aproveitar.-----

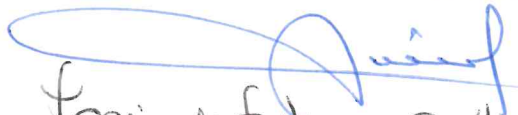
--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa que após ter indagado se alguém pretendia intervir e não havendo qualquer solicitação para usar da palavra fez a seguinte intervenção, que se transcreve: Quero felicitar o Dr. Carlos Marta, Presidente do Conselho Executivo, bem como todos os presidentes dos municípios que fazem parte da CIM e, obviamente, na pessoa do Dr. Nuno Martinho, os serviços da Comunidade Intermunicipal, não só pelo trabalho claro e transparente que nos trouxeram aqui.-----

--- Ficamos sempre satisfeitos quando verificamos que há algo está a correr bem, que corra bem alguma coisa neste País, e verificamos que o trabalho que está a ser feito de coordenação nestas catorze autarquias é exemplar, o que nos enche a todos de orgulho.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa passou de imediato ao **sétimo e último ponto da ordem de trabalhos** – Outros Assuntos – Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a presença de todos, em especial a do Senhor Presidente do Conselho Executivo e do Senhor Secretário Executivo.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a sessão por encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária.-----

António José da Silva Gomes


António de Fátima Coelho Fernandes